

CEB DISTRIBUIÇÃO S.A.

EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

Processo: 310.002.790/2015. Na forma do estatuído no art. 26, da Lei nº 8.666/1993, a Diretoria Colegiada da CEB Distribuição S/A, através da Resolução de Diretoria nº 148, de 06/8/2015, ratificou a situação de Dispensa de Licitação prevista no inciso X, do art. 24, da Lei nº 8.666/1993, concedida pelo Diretor Comercial em 04/8/2015, folha 149 dos autos, em favor do Sr. CORSINO RODRIGUES DE BRAULIO. Objeto: Locação do imóvel situado na Quadra 201 lotes 5/6, loja 3, Avenida Buriti, Recanto das Emas – DF. Prazos de execução e vigência: 60 (sessenta) meses. Valor: R\$196.800,00, correspondente a R\$3.280,00 mensais. Ari Joaquim da Silva, Diretor-Geral; Júlio César de Oliveira Freitas, Diretor Financeiro; Maurício Álvares da Silva Velloso Ferreira, Diretor Comercial; Mauro Martinelli Pereira, Diretor de Distribuição; Raphael Ehlers dos Santos, Diretor de Gestão.

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

AVISO DE RESULTADO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 001-G00384/2015.

Processo: 310-002.327/2015. Objeto: Constituição de registro de preços/SRP, para Aquisição de protetor de rede subterrânea secundária. Empresa Vencedora: Futura Soluções em Automação e Engenharia Ltda. Valor total global: R\$5.796.000,00. Demais informações, pelos telefones 3465-9012/9021.

Brasília/DF, 12 de agosto de 2015.

WELLERSON LUIZ SANTOS

Presidente da Comissão

COMPANHIA DE SANEAMENTO AMBIENTAL DO DISTRITO FEDERAL

EXTRATO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

O Diretor de Suporte ao Negócio da Companhia de Saneamento Ambiental do Distrito Federal, diante do que consta dos autos do Processo nº 092.004849/2015, em especial a solicitação da SGP à fl. 21, consubstanciado no parecer da Procuradoria Jurídica – PRJ, às fls. 23 a 25, e com fundamento na Resolução de Diretoria nº 13/2015, com base no caput do Artigo 25 da Lei nº 8.666/93, AUTORIZA a contratação da empresa ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS LTDA, CNPJ 33.402.892/0002-97, pelo período de 12 (doze) meses, no valor de R\$ 14.666,75 (quatorze mil e seiscentos e sessenta e seis reais e setenta e cinco centavos), mediante Inexigibilidade de Licitação, para prestação dos serviços de gerenciamento de coleções de normas técnicas ABNT e Mercosul. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: PROGRAMA DE TRABALHO/NATUREZA DE DESPESA: 17.122.6004.8517/6977.33.90.39, CÓDIGO: 12.403.403.300-1, FONTE DE RECURSOS: Próprios da CAESB, CÓDIGO 11.101.000.000-3. EMPENHO Nº 3105/2015, DATADO DE: 04/08/2015. VALOR DO EMPENHO: R\$ 14.666,75 (quatorze mil e seiscentos e sessenta e seis reais e setenta e cinco centavos). Ato ratificado nos termos do Artigo 26, da Lei nº 8.666/93, e com sua publicação determinada no Diário Oficial do Distrito Federal, para que adquira a necessária eficácia. AUTORIZAÇÃO: 10/08/2015, por Fábio Albernaz Ferreira – Diretor de Suporte ao Negócio. RATIFICAÇÃO: 11/08/2015, por Maurício Leite Luduvic - Presidente.

RETIFICAÇÃO DO RESULTADO PARCIAL DE LICITAÇÃO

A Caesb torna público que do resultado parcial do Pregão Eletrônico PE-039/2015, processo nº 092.002380/2015, realizado no www.licitacoes-e.com.br, ID: 582628, cujo objeto é o Registro de preços para aquisição de materiais em PVC, POLIPROPILENO, DEFOFO e PEAD (tubos, conexões, válvulas esfera, válvula de retenção, flanges, adesivos, fita veda rosca, pasta lubrificante, solução limpadora, acessórios, entre outros) para uso em manutenção do sistema de água da Caesb, publicado no DODF nº 155, seção 3, página 49 de 12/08/2015, ONDE SE LÊ: (...) empresa FERRAGENS ZAPI LTDA-ME, CNPJ 03.833.582/0001-85, vencedora do lote 44 com o valor total de R\$ 73.801,40; (...) empresa TIGRE S. A. - TUBOS E CONEXÕES vencedora de lotes da seguinte forma: CNPJ 84.684.455/0071-76 para fornecimento dos lotes 2, 3, 7, 18, 22, 31, 32, 33, 34, 62 e 63 com valor total de R\$ 3.624.483,21 e CNPJ 84.684.455/0069-51 para fornecimento dos lotes 28 e 29 com valor total de R\$ 963.000,00. LEIA-SE: empresa FERRAGENS ZAPI LTDA-ME, CNPJ 03.833.582/0001-85, vencedora do lote 44 com o valor total de R\$ 81.185,30; empresa TIGRE S. A. - TUBOS E CONEXÕES vencedora de lotes da seguinte forma: CNPJ 84.684.455/0071-76 para fornecimento dos lotes 2, 3, 7, 18, 22, 31, 32, 33, 34, 62 e 63 com valor total de R\$ 3.625.221,65 e CNPJ 84.684.455/0069-51 para fornecimento dos lotes 28 e 29 com valor total de R\$ 955.000,00.

Brasília/DF, 12 de agosto de 2015.

SILVIO S. GONÇALVES SOARES

Pregoeiro

SECRETARIA DE ESTADO DE GESTÃO DO TERRITÓRIO E HABITAÇÃO

CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 01/2015.

O GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL, representado pela SECRETARIA DE ESTADO DE GESTÃO DO TERRITÓRIO E HABITAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL, no uso de suas atribuições legais, e considerando as disposições contidas no Decreto nº 36.623, de 21 de julho de 2015, torna público e convoca os interessados para a escolha de conselheiros titulares e suplentes, para representarem a sociedade civil no Conselho de Consultivo de Preservação e Planejamento Territorial e Metropolitano do Distrito Federal – CCPPTM/DF conforme as condições a seguir estabelecidas.

1. INTRODUÇÃO

Consoante as disposições contidas na Constituição Federal, em especial nos artigos 182 e 183 relativos à Política Urbana, os quais foram regulamentados pela Lei Federal nº 10.257, de 10 de julho de 2001, denominada Estatuto da Cidade, em suas diretrizes gerais, conforme dicção ao inciso II do art. 2º, o qual normatiza que constitui diretriz fundamental da política urbana a garantia da gestão democrática da cidade, que é levada a termo por intermédio da “participação da população e de associações representativas dos vários segmentos da comunidade na formulação, execução e acompanhamento de planos, programas e projetos de desenvolvimento urbano”.

E a gestão democrática se materializa, vis a vis disposições do art. 43 do Estatuto da Cidade mediante debates, audiências, consultas públicas, iniciativa popular de projetos de lei e de planos, programas e projetos de desenvolvimento urbano, bem como pela constituição de órgãos colegiados de política urbana e conferências sobre assuntos de interesse urbano, em âmbito municipal, estadual e federal.

Assim, o presente Chamamento Público visa a garantia da participação de toda a sociedade do Distrito Federal na gestão do território, no âmbito no Conselho de Consultivo de Preservação e Planejamento Territorial e Metropolitano do Distrito Federal – CCPPTM/DF.

2. OBJETIVOS

Escolha de representantes de instituições de ensino superior reconhecidas pelo Ministério da Educação e de entidades ou movimentos sociais representativos, de âmbito nacional, bem como daqueles que tenham atuação exclusiva no Distrito Federal, que tenham em seus estatutos e regimentos a defesa dos interesses e demandas da sociedade para a provisão habitacional, para comporem, na qualidade de conselheiros titulares e suplentes, no Conselho de Consultivo de Preservação e Planejamento Territorial e Metropolitano do Distrito Federal – CCPPTM/DF.

3. PRÉ-REQUISITOS

Poderão participar do processo de escolha de representantes titulares e suplentes para o CCPPTM:

- 3.1. instituições de ensino superior reconhecidas pelo Ministério da Educação;
- 3.2. entidades ou movimentos sociais representativos, de âmbito nacional, com atuação no Distrito Federal, que tenham em seus estatutos e regimentos a defesa dos interesses e demandas da sociedade para a provisão habitacional;
- 3.3. entidades ou movimentos sociais representativos, com atuação exclusiva no Distrito Federal, que tenham em seus estatutos e regimentos a defesa dos interesses e demandas da sociedade para a provisão habitacional.

4. DO QUANTITATIVO DOS SEGMENTOS

4.1. Quatro conselheiros representantes, titulares e suplentes, de instituições de ensino superior, sendo, 2 (dois) de Universidades e 2 (dois) de Centros Universitários.

4.1.1. A titularidade e a suplência dos representantes das instituições de que tratam os incisos I e II do §3º do art. 6º do Decreto nº 36.623/2015 e do item 4.1. deste Chamamento podem ser de instituições distintas, sendo vedado uma mesma instituição acumular duas titularidades ou duas suplências.

4.2. Dois representantes, titulares e suplentes, de entidades ou movimentos sociais representativos, de âmbito nacional, com atuação no Distrito Federal, que tenham em seus estatutos e regimentos a defesa dos interesses e demandas da sociedade para a provisão habitacional;

4.3. Dois representantes, titulares e suplentes, de entidades ou movimentos sociais representativos, com atuação exclusiva no Distrito Federal, que tenham em seus estatutos e regimentos a defesa dos interesses e demandas da sociedade para a provisão habitacional.

5. DO CREDENCIAMENTO DAS ENTIDADES

5.1. As entidades de que tratam os subitens 3.1 a 3.3 deste Chamamento Público que tiverem interesse em participar do processo de escolha de representantes titulares e suplentes para comporem o CCPPTM, devem, no prazo improrrogável de 15 (quinze) dias, a partir da publicação deste Chamamento Público protocolar os documentos relativos à inscrição junto à Secretaria de Estado de Gestão do Território e Habitação do Distrito Federal - SEGETH, localizada no Setor Comercial – SCS Quadra 06 Bl. “A” Lotes 13/14 – CEP 70.306-918, Brasília – DF, das 8h às 12h e das 14h às 18h.

5.2. As entidades de que trata o item anterior devem apresentar os seguintes documentos:

- 5.2.1. Requerimento, nos termos do Anexo Único deste Chamamento Público, devidamente assinado pelo representante legal da entidade.
- 5.2.2. Registro de seu Estatuto Social e Ata de Constituição na Junta Comercial do Distrito

Federal ou no Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas, conforme o caso, ou documento aceito pela Receita Federal para expedição do Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas – CNPJ, demonstrando que atuam há pelo menos 01 (um) ano da data de publicação do Decreto nº 36.623, de 21 de julho de 2015, no segmento pleiteado para a indicação de representante da entidade junto ao CCPPTM.

5.2.3. Registro no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ.

5.2.4. Ata de Constituição e de eleição da diretoria em exercício, com a relação e qualificação dos diretores, ou documento previsto em lei que indique o representante legal.

5.2.5. Certificado de regularidade perante a Seguridade Social e o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS.

5.2.6. Comprovante de regularidade fiscal junto a Receita Federal e a Secretaria de Estado de Fazenda do Distrito Federal.

5.2.7. Certidão negativa criminal dos dirigentes junto à Justiça Federal e à Justiça do Distrito Federal e Territórios.

5.2.8. Relação nominal de todos os associados da entidade, contendo extrato do número de filiados/associados, quando for o caso.

5.3. Cada entidade somente poderá apresentar inscrição exclusivamente para um segmento, e nos documentos de constituição – regimentos e estatutos devem constar expressamente o segmento a que concorre.

5.4. É vedada a alteração estatutária ou regimental anterior a um ano para participar do processo de escolha de representantes titulares e suplentes para ter assento no CCPPTM.

5.5. É vedada a apresentação de documentação incompleta ou condicional.

5.6. É de inteira responsabilidade das entidades o cadastramento na SEGETH.

5.7. É permitida a entrega de cópia da documentação relacionada neste item, desde que devidamente autenticada ou que seja apresentado o original.

5.8. A SEGETH deverá realizar checklist da documentação apresentada, vedado o recebimento de documentação incompleta.

5.9. O checklist de que trata o subitem anterior não garante a homologação da inscrição da entidade para participar no processo de escolha dos representantes do CCPPTM.

6. DA HOMOLOGAÇÃO DAS ENTIDADES

6.1. A documentação apresentada pelos interessados para fins de credenciamento será analisada pela Assessoria Técnica de Órgãos Colegiados – ASCOL/SEGETH.

6.2. A documentação de cada segmento deve ser identificada com a numeração de 1 a 4, de acordo com a atuação da entidade, estabelecida nos incisos I e II dos §§ 3º e 6º do art. do Decreto 36.623, de 21 de julho de 2015, e nos subitens 4.1. a 4.3. deste Chamamento.

6.3. Será excluída do processo de escolha a entidade que se inscrever em mais de um segmento ou apresentar documentação incompleta.

6.4. A divulgação das entidades credenciadas por segmento deve ser publicada no sítio da SEGETH.

6.5. Na eventualidade de que alguma entidade não tenha o credenciamento deferido, esta pode, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, a partir da divulgação, interpor recurso.

6.6. A análise do recurso, por parte das instâncias competentes da SEGETH deve ser realizada no prazo improrrogável de 24 (vinte e quatro) horas, a partir da interposição do recurso e publicado a decisão no sítio da SEGETH: www.segeth.df.gov.br/CCPPTM.

7. DA ESCOLHA DOS REPRESENTANTES DAS ENTIDADES

7.1. A escolha das entidades que comporão o CCPPTM dar-se-á em reunião pública, no dia 31 de agosto de 2015, na Sala de Reuniões do Gabinete da Secretaria de Estado de Gestão do Território e Habitação – SEGETH, localizada no Setor Comercial – SCS Quadra 06 Bl. “A” Lotes 13/14, 2º Andar, às 19h.

7.2. Os representantes das entidades credenciadas devem retirar cartão de identificação diferenciado para cada segmento por cor e número – de 1 a 4, de acordo com a área de atuação, com vistas à escolha da entidade no dia e local indicados no item 7.1., das 14h às 18h.

7.3. A escolha das entidades, por segmento, que comporão o CCPPTM, dar-se-á mediante voto aberto, utilizando-se os cartões de que trata o subitem 7.2. deste Chamamento Público, na reunião pública de que trata o subitem 7.1. deste Chamamento Público.

7.4. Em caso de empate na escolha dos representantes de cada segmento, ou frustrado o processo de escolha, a entidade com maior tempo de regular funcionamento, e sucessivamente, com maior número de associados deve indicar o representante no CCPPTM relativo ao segmento.

7.5. Cabe a cada entidade, na forma de seus respectivos Estatutos, Regimento Interno ou Ato Normativo próprio, indicar o representante titular do CCPPTM e o respectivo suplente no prazo de 05 dias, a contar da data da realização da Reunião Pública.

7.6. Na eventualidade de que a entidade de que trata o item 7.5 não indique seu representante para o CCPPTM no prazo de 5 (cinco) dias, compete ao seu representante legal ter assento no CCPPTM para exercer as funções de conselheiro, cabendo ao Governador do Distrito Federal, sucessivamente, indicar o representante da entidade.

7.7. Os representantes titulares e suplentes devem ser maiores de 18 (dezoito) anos.

7.8. Os representantes escolhidos por segmento das entidades habilitadas para terem assento no CCPPTM estão sujeitos às disposições e vedações da Lei Complementar Federal nº 64, de 18 de maio de 1990, e devem estar aptos aos requisitos estabelecidos no Decreto nº 33.564, de 09 de março de 2012, combinado com as disposições contidas no art. 19, §8º da Lei Orgânica do Distrito Federal e legislação superveniente, bem como à Lei Federal 9.984, de 29 de janeiro de 1999, recepcionada nesta Unidade da Federação pela Lei Distrital nº 2.834, de 07 de dezembro de 2001.

8. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

8.1. Não serão analisados os pedidos de credenciamento e documentação protocolados fora dos prazos e horários estipulados no item 5.1. deste Chamamento Público.

8.2. Cada entidade credenciada fará jus apenas a um cartão, de acordo com o credenciamento obtido.

8.2. O voto a ser exercido por cada entidade credenciada deve ser realizado no âmbito do respectivo segmento.

8.3. Compete às instâncias superiores da SEGETH dirimem os casos omissos e as situações não previstas neste Chamamento Público, desde que não contrariem as disposições contidas no Decreto nº 36.623, de 21 de julho de 2014.

THIAGO TEIXEIRA DE ANDRADE

Secretário de Estado de Gestão do Território e Habitação do Distrito Federal

ANEXO ÚNICO – Edital de Chamamento 01/2015-SEGETH REQUERIMENTO

À Secretaria de Estado de Gestão do Território e Habitação do Distrito Federal – SEGETH
N E S T A

Nos termos do disposto no Decreto nº 36.623, de 21 de julho de 2014, e no Chamamento Público que torna público e convoca os interessados para a escolha de conselheiros titulares e suplentes, para representarem a sociedade civil no Conselho de Consultivo de Preservação e Planejamento Territorial e Metropolitano do Distrito Federal – CCPPTM/DF o(a) _____ (NOME DA ENTIDADE), manifesta interesse em participar do processo de credenciamento para o segmento _____ (mencionar o segmento, de acordo com estabelecido nos §§ 3º e 6º do art. 6º do Decreto nº 36.623, de 21 de julho de 2015)

O representante legal da entidade acima mencionada declara para os devidos fins que não protocolou outro requerimento para pleitear participação no CCPPTM para outro segmento além do mencionado no parágrafo anterior, sob pena de exclusão sumária do processo de credenciamento. Brasília, de de 2015

NOME DO REPRESENTANTE LEGAL

CARTEIRA DE IDENTIDADE

CPF

CENTRAL DE APROVAÇÃO DE PROJETOS

RATIFICAÇÕES DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO.

Processo: 141.004.430/2012; Interessado: ASSOCIAÇÃO HABITACIONAL MORAR BEM NO SETOR NOROESTE; Assunto: Contrato de Concessão de Direito Real de Uso.

O Subsecretário da Central de Aprovação de Projetos da Secretaria de Estado de Gestão do Território e Habitação do Distrito Federal, no exercício das atribuições que lhe confere o artigo 1º, do Decreto nº 35.566, de 25 de junho de 2014, que dá nova redação ao artigo 29, inciso V, parágrafo 2º, do Decreto nº 29.590, de 09 de outubro de 2008, bem como o disposto no art. 7º do Decreto nº 36.339, de 28 de janeiro de 2015, RESOLVE: RATIFICAR a inexigibilidade de licitação reconhecida pelo Gerente de Contratos e Concessão da Coordenação de Licenciamento da Central de Aprovação de Projetos da Secretaria de Estado de Gestão do Território e Habitação do Distrito Federal, nos autos do processo administrativo em epígrafe, para a celebração de Contrato de Concessão de Direito Real de Uso não oneroso, fundamentado na Lei Complementar nº 755, de 28 de janeiro de 2008, entre a ASSOCIAÇÃO HABITACIONAL MORAR BEM NO SETOR NOROESTE e o DISTRITO FEDERAL, para a utilização pelo prazo de 30 (trinta) anos, de área pública em subsolo para garagem, em solo para torre de circulação vertical e instalação técnica - central de gás GLP, em espaço aéreo para varandas/expansão de compartimento e instalação técnica – laje técnica, no imóvel situado na projeção “G” da Superquadra Noroeste 307 – SQNW 307, do Setor de Habitações Coletivas Noroeste - (SHCNW) – Brasília/DF. Brasília/DF, 11 de agosto de 2015. Alberto Alves de Faria-Subsecretário.

Processo: 429.000.110/2014; Interessado: DAKOTA FLEX INVESTIMENTOS MOBILIÁRIOS LTDA Assunto: Contrato de Concessão de Direito Real de Uso.

O Subsecretário da Central de Aprovação de Projetos da Secretaria de Estado de Gestão do Território e Habitação do Distrito Federal, no exercício das atribuições que lhe confere o artigo 1º, do Decreto nº 35.566, de 25 de junho de 2014, que dá nova redação ao artigo 29, inciso V, parágrafo 2º, do Decreto 29.590, de 09 de outubro de 2008, bem como o disposto no art. 7º do Decreto nº 36.339, de 28 de janeiro de 2015, RESOLVE: RATIFICAR a inexigibilidade de licitação reconhecida pelo Gerente de Contratos e Concessão da Coordenação de Licenciamento da Central de Aprovação de Projetos da Secretaria de Estado de Gestão do Território e Habitação do Distrito Federal, nos autos do processo administrativo em epígrafe, para a celebração de Contrato de Concessão de Direito Real de Uso não oneroso, fundamentado na Lei Complementar nº 755, de 28 de janeiro de 2008, entre a DAKOTA FLEX INVESTIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA e o Distrito Federal, para a utilização pelo prazo de 30 (trinta) anos, de área pública em subsolo para garagem, em solo para torre de circulação vertical e instalação técnica - central de gás GLP, em espaço aéreo para varandas/expansão de compartimento e instalação técnica – laje técnica, no imóvel situado na projeção “T” da Superquadra Noroeste 303 – SQNW 303, do Setor de Ha-